

ATA DA 13ª. ASSEMBLEIA ORDINÁRIA BIÊNIO 2015/2017
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e trinta minutos realizou-se em segunda chamada a 13ª Assembleia Ordinária do Biênio 2015/2017 do CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL – COMVIDA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte ordem do dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 12ª Assembleia Ordinária – biênio 2015/2017; 2 – Apresentação do Secretário de Meio Ambiente de Santos, Sr. Marcos Libório; 3 - Planejamento de Ações para 2017; 4 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. A presidente deu início à assembleia cumprimentando todos os presentes: Cesar Malaco, Sultana S. M. Aníbal (SEMAM); Roberto Antonio da Silva Oliveira (SEFIN); Cristiano Souza (SMS); Nair Fonseca (SEDUC); Marília Asevedo Moreira (DVA); Yolanda Maria Vianna (Mapan); Maria Aparecida Ribeiro Souza (DVA); Renata da S. Maria (DVA); Luiz Carlos Cabral (DVA); Agar Costa Alexandrino de Perez (Cons. R. Méd. Veterinária). Justificaram: Hailton Santos (IMA). Convidados: Marcos Libório; Marcio Paulo; Ana Paula de Oliveira Silva; Paloma Paim Taboada; Leila Abreu Oliveira; Magda Regina; Flavia B. Feitosa; Dagner – SEMAM; Márcia Lenah de Roque (Mapan); Carolina C. M. Castro (IMA); Marilucy Pereira (Ong Viva Bicho); Sra. Denise perguntou se todos concordavam com a ata, enviada previamente por e-mail, e a mesma foi aprovada. Apresentou o novo Secretário de Meio Ambiente de Santos, Sr. Marcos Libório, que cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade. Contou que é engenheiro, com carreira de 38 anos em serviços públicos ligados à energia elétrica. Procurou humanizar seu currículo com cursos voltados à Gestão de Serviços Públicos, Meio Ambiente, Política e sempre buscou as fontes de preservação e recuperação do meio ambiente, como solicitante e coordenador, procurando enxergar as melhorias nesse viés. Apoia-se no tripé social, econômico e ambiental, pois se a visão fosse só pelo último, traria o crescimento. Na questão social, tem como iniciativa agregar mais pessoas às novas causas. No Brasil é preciso que haja parceria entre a pública e a privada, buscando o equilíbrio, e à frente da Secretaria não pode perder esse olhar. Tem em vista unir esforços com as outras Secretarias, pelo social, a defesa do Meio Ambiente, incluindo a proteção dos animais.

Considera admirável ver tantas pessoas conhecidas, que, se pedisse para que levantassem as mãos quem luta todos os dias pela causa animal nessa sala, todos levantariam. Sabe que há conflitos, e o poder público procura organizar. Somos consumistas, o que gera resíduos que precisam ser gerenciados, explicou que ampliou o assunto porque o meio ambiente passa por eles também. Lembrou que o IDH de Santos é um dos melhores do país, índice que, diferente do PIB, analisa a qualidade de vida e que a SEMAM está aberta a opiniões, para trabalhar junto com todos os segmentos da sociedade. Espera que avaliem sua gestão pelos resultados, não pelo discurso. O município tem influenciado os outros da região, que tomam como base o que é elaborado pelo governo de Santos, a lei contra fogos de artifício, do vereador Benedito Furtado, é um exemplo. Sua intenção é que continuem unidos para que Santos continue sendo referência em 2017, inclusive para construir a Defesa da Vida Animal baseada nos melhores princípios e colocou-se à disposição para debater qualquer tema. A presidente Denise agradeceu e convidou o Secretário para permanecer à mesa. Em seguida, iniciou o debate sobre o Decreto de Lei que regulamenta as Feiras de Adoção. O Secretário deixou claro que mais que discurso é preciso atitude, o Conselho possui representatividade mas não superior a um decreto e colocou-se à disposição para participar da discussão. Sr. Roberto/Sefin esclareceu que o assunto foi discutido no Conselho, Sra. Paloma complementou que desde 2015. Sra. Denise concordou e ressaltou que a redação final que não passou pelo Conselho. Sr. Cesar complementou dizendo que as decisões foram enviadas para os conselheiros acrescentarem sugestões. Sra. Marília, entre outros, comentou que não recebeu as atas, mas como outras pessoas as receberam, constatou-se que seja uma questão de configurações nos e-mails pessoais. Por isso, pensou que o assunto ainda seria discutido. Sr. Luiz Cabral comentou que nem todos leem a ata, enviada previamente por e-mail, não é lida no início, nem todos sabem o que aconteceu na assembleia anterior e as decisões ficam prejudicadas. Sra. Denise esclareceu que nesse caso não foi enviada por e-mail, a redação final não foi enviada nem aprovada pelo Conselho e foi direto para as mãos do prefeito. Sra. Márcia Lenah disse que há outros assuntos a serem discutidos, que as feiras são solução, não o problema. Sra. Cida comentou que o assunto vem sendo discutido há anos, que Sra. Márcia Lenah nunca compareceu, como muitos do próprio Conselho. Sra. Márcia citou dados de uma reportagem: 1. a necessidade de obter licença pela Codevida, o que pode atrapalhar, quando a necessidade é de aumentar o

número de feiras; 2. a necessidade dos animais serem castrados com menos de 4 meses de idade e se colocou contra a castração pediátrica. A feira acontece há 13 anos, sendo que a Mapan é a única ONG que tem acordo com o Dr. Daury do Ministério Público para realizá-la na Av. Ana Costa, na calçada em frente ao número 560, e no cadastro do animal a ser adotado na feira constam dados sobre a família, inclusive se alguém da casa toma remédio controlado, se o quintal é apenas para o cachorro, entre outras informações. Foram doados mais de 7 mil animais. 3. a necessidade do responsável apresentar atestado veterinário contra parasitas, etc., sendo que as protetoras que trabalham às próprias custas não têm condições financeiras, nem tempo, isso é segregar os protetores. 4. Caso sejam descumpridas, a licença da feira será cassada, todas essas exigências atrasarão as doações, tem que haver sensibilidade a favor de todos. Comentou que a feira da ONG Viva Bicho saiu na reportagem e que não tem nada contra ninguém, é má fisionomista e se houver rusga com alguém, ela não se lembra da pessoa. Sua luta é pela causa animal e trata todas as pessoas e seus animais da mesma maneira. Sr. Marcos/ Mapan complementou que a situação causa desconforto. Quanto à eliminação de parasitas, muitas vezes é feita de maneira caseira e não há atestado, é preciso diminuir a burocracia. Sra. Márcia disse que verificam parasitas abrindo o pelo do cachorro e examinando as fezes, ir à Codevida dificultará o processo de adoção. Sr. Marcio Paulo disse que é normal que as ONGs tenham veterinário voluntário para obter atestado e Sra. Rita Caraméz informou que a maioria é paga. Sr. Marcio Paulo ressaltou essa necessidade, estão falando de vidas e há zoonoses que passam aos seres humanos. São muitos animais e entre o tempo de resgatar, tratar e doar podem se contaminar, não custa nada ter esse tipo de cuidado. Sra. Marilucy perguntou se são animais apenas de Santos e Sra. Márcia afirmou. Sra. Paloma informou que pessoas que doam na feira da Mapan dizem que não conseguem ligar para os adotantes. Quanto à castração, explicou que há leigos que dizem que o problema é causar obstrução urinária, mas há estudos que comprovam o contrário, gatos de 6 meses possuem o mesmo diâmetro de uretra. A obstrução ocorre por má alimentação e que não se pode aceitar opinião pessoal como regra. Se não castrar antes de doar, o problema se perpetua e disse que realiza castração pediátrica desde 2004. Sra. Márcia perguntou por que não se castram as crianças. Sra. Paloma respondeu que se um bebê de um mês precisar passar por procedimento cirúrgico, ele vai passar. Sra. Márcia sugeriu a realização de um seminário sobre o assunto.

Sr. Marcos Libório solicitou que mantivessem como ponto principal as alterações para melhorar a lei e que a opinião de uma veterinária experiente deve ser considerada. Sra. Rita Caraméz ressaltou que, apesar de polêmico, é bem-vindo, foi um assunto que encheu o plenário, resultando em mais participação. O decreto já foi publicado, sugeriu consertar o que for preciso para realizar mais feiras, que essas fazem falta e que o Conselho proponha o que precisa mudar. Sra. Leila informou que há um movimento no Guarujá querendo montar feiras em Santos, alegando que a cidade fica vazia fora da temporada, esse é um item a acrescentar, que apenas as entidades e pessoas de Santos possam doar. Sra. Marília disse que existem propostas de lojas pets para venderem animais sem termo de posse, é preciso regulamentação básica, incluindo vermifugação, vacinação e castração. Perguntou se a Codevida terá condições de atender o protetor que não conseguir atestado. É preciso regularizar e desburocratizar, um apoiar o outro. Sr. Cristiano, servidor da Sevicoz há 23 anos, desde a época da carrocinha, hoje na equipe educacional, disse que participa desde o 1º Comvida e ressaltou a necessidade de educar a população, que muitos vêm de fora e abandonam próximo a protetores e que todas as entidades precisam comparecer ao Conselho. Informou que leu a ata e quando há dúvida é levantada na reunião. Quanto à regulamentação, é preciso que a Prefeitura tenha suporte para realizar os procedimentos, problema que já aconteceu com a Sevicoz. É preciso fazer uma teia de informações e ações, fazer emendas para o decreto e, o mais importante, todos se manterem unidos. Fazer de forma que o decreto seja frutífero e fortaleça o município. Sr. Roberto/Sefin acrescentou que o regulamento é o mínimo para organizar e sugeriu que na próxima assembleia cada entidade traga sugestões para a secretária anotar, pois nessa nada foi sugerido. Sra. Denise estabeleceu que as sugestões sejam consolidadas por escrito. Sr. Marcos Libório observou que mesmo que se adiem as contribuições, o decreto está em vigor. Sra. Leila disse que mesmo que não concorde com uma opinião, a respeita e informou sobre 3 estudos da USP sobre levantamento de animais castrados após a doação e raríssimas aconteciam, pois não há lei que obrigue. O animal nas leis brasileiras é considerado objeto e o ser humano, seu dono, faz o que quiser e não pode ser preso. É protegido apenas pela Lei nº 9605, de Crimes Ambientais. Por isso fizeram o Movimento “Crueldade nunca mais” , mas a participação foi mínima. Informou que a Codevida atendia animais da Mapan uma vez por mês e passou para cada 15 dias. O ônibus foi à Alemoa castrar os animais até o dia em que

a responsável pelos animais do bairro o dispensou. Sra. Paloma avisou para levarem até a segunda-feira anterior ao sábado, para completar os 5 dias de pós-operatório antes de colocar para doação. Sra. Márcia lembrou que há países na Europa que permitem a eutanásia e a solução aqui é castrar ao máximo, é um ato cirúrgico e o profissional tem que ser respeitado ao máximo. Sra. Carolina Murta, formada há 15 anos em veterinária, disse estar contente com o regulamento, porque não há como fazer uma atividade séria sem ele. Concorda com Sra. Paloma, que se antes não havia castração com menos de 4 meses, era por falta de informação ou condição. Inclui-se o bem-estar do animal, que sem ela pode pular uma janela para copular e tornar-se agressivo. Sra. Agar, delegada regional do Conselho de Veterinária, concorda com Sra. Carolina, e se há necessidade de ajustes, que os conselheiros levem para casa, analisem e tragam na próxima assembleia, como sugeriu Sr. Roberto. E como disse a Sra. Leila, existem estudos para se basearem, da OMS inclusive. Atestado de saúde é necessário quando há aglomeração de animais, nisso os veterinários são unânimes, se estão pensando em bem estar animal, ele é necessário para evitar transmissão de doenças. Sr. Marcio Paulo sugeriu fixar em duas reuniões o prazo para entrega das sugestões e definição das alterações. Sr. Marcos Libório lembrou que o decreto está valendo. Sra. Márcia perguntou se até lá as feiras não vão acontecer. Sra. Agar respondeu que o assunto vem sendo discutido há várias reuniões e nunca a viu comparecer. Sr. Cesar colocou que o foco é o animal, que sem atestado é ruim para o próprio animal e para o sadio que esteja próximo. Perguntou se a pessoa que adotar um doente terá conhecimento, responsabilidade e condições para tratar ou se vai preferir abandoná-lo. Quanto à castração, enquanto um está sendo castrado, outro está dando cria a 5. É preciso pensar no bem-estar, o benefício para outros animais. Sra. Márcia informou que quando não possui atestado, verifica o estado dos animais e perguntou o que fará com os animais para a próxima feira. Sr. Marcos Libório lembrou que está como convidado, interlocutor entre Conselho e Prefeito. Pode sair com sugestão hoje ou na próxima, o que não pode fazer é modificar o decreto, o conselho levará as sugestões de alteração à Semam para que seja discutido com o prefeito, e até que haja essa formatação, continuará sendo respeitada a regra. Se não conseguir fazer a feira, colocará os animais à disposição de outras ONGs e da Codevida. Sra. Regina ressaltou que não é sim ou não, mas como será feito e de que forma a Codevida vai colaborar. Sra. Leila afirmou que está à disposição há vários meses e Sra.

Paloma que podem adequar os horários de acordo com as necessidades das ONGs. Sra. Leila lembrou que o regulamento é apenas para espaço público, outro item que precisa ser mudado. Sra. Carolina ressaltou que há duas faculdades de Medicina Veterinária com atividades voluntárias, incluindo professores e alunos, que podem auxiliar. Sra. Marília falou sobre a importância de se unirem para ajudarem na próxima feira, Santos será a 1ª cidade com essa organização, como foi na proibição dos fogos de artifício. Sr. Paulo, formado em biologia marinha perguntou se o decreto impede as feiras e explicaram que não. Devido ao adiantado da hora, a presidente agradeceu e a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, que, lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pela presidente Denise Rosas Augusto.

Denise Rosas Augusto
Presidente

Sandra Cunha dos Santos
Secretária